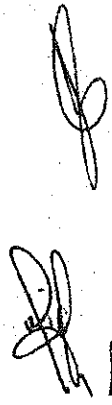


ATA 002 - Reunião da Companhia Hidrelétrica Teles Pires S/A, IBAMA, Consultoria JGP e a Prefeitura Municipal de Alta Floresta-MT.

Aos 09 (nove) dias do mês de 06 (junho) do ano de 2011 (dois mil e onze), às 15:00 hs, na sala de reuniões da Prefeitura Municipal de Alta Floresta, situada na Av. Ariosto da Riva, nº 3391, reuniram-se a Prefeita Municipal de Alta Floresta, Srª Maria Izaura Dias Alfonso; Márcia Eliana Chaves, Consultoria da JGP; Renata Cristina Moretti, Consultora da JGP e Coordenadora do Projeto Básico Ambiental; Mariana Tenedini, Analista Ambiental do IBAMA; Antonio Hernandes Torres Junior, Analista Ambiental do IBAMA; Paulo Rogério Novaes, Gerente de Meio Ambiente da Companhia Hidrelétrica Teles Pires; José Piccolli Neto, Diretor Administrativo Financeiro da Companhia Hidrelétrica Teles Pires; Vinicius Kaiser e Túlio Machado, ambos representantes da CHTP; Robson Valadão, Secretário de Saúde do Município de Alta Floresta, Gercio Luiz França, Supervisor de Administração, José Marcos, Diretor do Hospital Municipal de Alta Floresta, Julio Giacomini, Secretário de Finanças de Alta Floresta, Selma Rugeri, Secretária de Ação Social, Adelino Campião, Secretário de Infra-Estrutura, Valdemar Gamba, Secretário de Agricultura, Elson Quadros, Secretário de Esportes, Rodrigo Arpini, Secretário de Administração; Celso Reis Procurador Jurídico do Município de Paranaita, Manoel de Moura Nunes, vereador do município de Paranaita, José Tenorio Cavalcante, Presidente da Câmara Municipal de Paranaita e Assis Frison, Secretário de Educação do Município de Paranaita, para tratarem sobre os impactos emergentes da implantação da Usina Teles Pires no Município de Alta Floresta e Paranaita-MT. A reunião teve início com a fala do dr. Celso Reis de Oliveira, que fez a leitura da ata lavrada em 07/06/2011, em Paranaita, e ao final solicitou a anexação das atas lavradas de Paranaita e de Alta Floresta, ao Processo de licenciamento. Na seqüência, a Prefeita Maria Izaura deu início à reunião agradecendo a presença dos representantes do IBAMA, dos representantes da CHTP e da Prefeitura de Paranaita. Externou sua preocupação dizendo que em Alta Floresta, os recursos públicos são suficientes estritamente para atender as necessidades básicas da população atual, como saúde, educação, ação social e infra estrutura; disse ainda que acredita que em Paranaita deve ser da mesma forma. Então está muito preocupada com a chegada de mais pessoas nos dois Municípios, pois Alta Floresta é a cidade pólo da região, e sabe que pela lentidão pelas ações do poder publico não vai conseguir atender a demanda por serviços públicos que deve acontecer assim que for liberada a LI para o empreendimento. Assim entende ser necessário um estudo bem detalhado sobre quais ações devem ser implementadas, para poder cobrar o apoio do Governo do Estado e da União, sendo que esse estudo deve ser feito por uma consultoria contratada pelos dois municípios, Alta Floresta e Paranaita, e paga pelo empreendedor. O Sr. Antonio, representante do IBAMA, agradeceu a presença de todos, reforçou as questões levantadas em Paranaita, fez a explanação sobre os procedimentos desde o leilão e do pedido de LI pelo empreendedor, bem como o atual andamento; disse que o IBAMA finalizará até o final deste mês a análise do PBA, e que a emissão da LI

10000



é levada a efeito após a aprovação do PBA, e da manifestação favorável dos municípios e do Estado. Reafirmou que a forma da minuta apresentada precisa de evolução e negociação e que isso é assim mesmo, não é novidade neste processo. Disse que está aqui para ouvir as demandas e o que já ouviu é legítimo, afirmou que ocorrerá o monitoramento de todos os programas. Entende que a construção de uma obra desse porte traz insegurança, mas que o IBAMA tem instrumentos para monitorar o cumprimento das obrigações, ouvindo sempre as partes. O Sr. Gércio leu a metodologia constante no documento gerado pela EPE que faz parte do EIARIMA e que vai de encontro com a ansiedade dos municípios e indagou se não teria que seguir esta metodologia. O Sr. Antonio, do IBAMA disse que a implantação do programa ainda não foi feita e que o empreendedor não implantará programa se não tiver a licença de instalação, e que a assinatura do convenio é uma condicionante para a emissão da LI, disse ainda que alguns programas somente serão implementados após o início da obra; o Dr. Celso perguntou quais os programas serão implementados após o início da obra, ao que o senhor Antonio do IBAMA disse que serão os 43 programas incluindo o P36; A Sr^a Marcia, da JGP pediu a palavra para falar sobre o P.36, e disse que no EIARIMA consta somente uma proposta de metodologia e que os programas do PBA foram elaborados, analisados pelo IBAMA e que este propôs alterações que foram acatadas e que o EIA utilizou uma metodologia simplificada; a JGP utilizou uma metodologia mais sofisticada e que como o censo acabou de ser analisado possibilitou a incorporação destes novos números. disse que em Porto Velho foi utilizada metodologia bastante sofisticada e o IBAMA sugeriu que estudo semelhante fosse colocado no P.36; o estudo se baseia no fato de que todos esses funcionários ficarão alojados no canteiro e vão ser atendidos em todas as suas necessidades básicas, método que eles utilizam em várias obras; todas essas coisas foram consideradas para elaboração desse programa, que inclui três sub-programas. O primeiro sub-programa é de compensação financeira que está considerando este estudo de incremento de população, já no início das obras; já existe essa previsão, os setores mais atingidos serão os setores de educação e saúde, tanto para Paranaita quanto Alta Floresta, mesmo com esses funcionários alojados, chegamos a conclusão da necessidade de destinar recursos para Educação e Saúde. O segundo sub-programa é de monitoramento sócio econômico e no levantamento de dados; será medido a cada três meses, com uma conversa contínua, entre o poder público e a empresa, monitorando os setores. O terceiro sub-programa, de compensação financeira complementar; se o monitoramento e as partes chegarem à conclusão de que está tudo certo, não haverá complementação, mas se os dados indicarem que algum setor ficou ruim, então será estudada uma compensação; por isso que esse programa foi dividido em três partes. Esse convênio, foi baseado em outros convênios que deram certo, mas ele poderá ser lido e corrigido; o que é de interesse também da empresa; esse monitoramento terá acompanhamento do IBAMA que sempre analisará os programas e poderá interferir se algo não estiver de acordo, dando sugestões. Os programas serão iniciados após a concessão da licença. O IBAMA considerou que algumas ações dos programas podem ser iniciadas antes da LI. O acordo entre as Prefeituras e a empresa empreendedora precisa estar assinado. A Sr^a

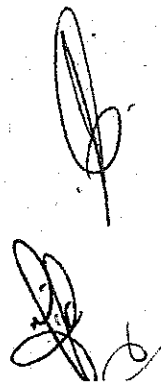
mm

mm

b

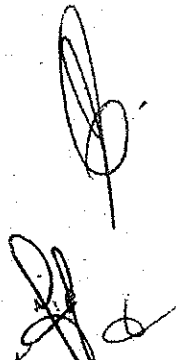
mm

Márcia, disse que o documento enviado pelas Prefeituras pedindo o Plano de Desenvolvimento de Territórios, foi atendido e que este plano está no PBA. A Prefeita Maria Izaura disse não lembrar de todos os programas, mas a parte que se relaciona com o Meio Ambiente referente as árvores e bichos tem muita gente (ambientalistas) preocupada; mas com o social, escolas e hospitais, apenas os representantes do Executivo e Legislativo estão preocupados, pois terão que dar conta de escolas, hospitais e infra estrutura para toda população. Disse ainda que a parte física (prédio) não é o mais necessário, não que esteja recusando alguma infra estrutura e sim que o mais importante é o comprometimento com a manutenção desses serviços, pagamento de médicos e professores. A Prefeita disse ainda que quer ter segurança para assinar esse convênio, haja visto que ate o primeiro momento, ela não tem a informação de quantas crianças precisarão de escolas, e que daqui a um ano e meio, ela entrega seu mandato, e quer deixar encaminhado corretamente para o próximo gestor. Por isso insiste na contratação de uma consultoria que demonstre de uma forma ampla e clara as necessidades dos Municípios. O Sr. Piccolli, disse que esse convenio vai ser analisado, discutido, para que todos cheguem a um consenso para assinatura. Explicou sobre outras empresas hidrelétricas que deram certo e que hoje servem de exemplo para os demais, disse ainda que foi feito uma parceria no leilão e que o empreendimento é uma parceria publica e privada; e que vai ser recolhido na obra a preço de junho de 2011, dez milhões de ICMS, referente a transmissão de energia, e que será recolhido no Estado de MT. Disse ainda que hoje a indústria é um bem não só para o Estado, mas sim pro País, pois sem energia não há condição de nada, e que o objetivo é estudar durante esses quatro anos, os impactos em Paranaíta, e monitorar esse trabalho, dando apoio para as pessoas que virão trabalhar. E que, de hoje em diante mesmo sem a LI, já se deve pensar sobre onde instalar um posto de saúde/escola, e não esperar sair a LI para começar a fazer isso. São 43 programas a serem seguidos, após a concessão da LI. Assim que fizerem a liberação da LI o PBA será entregue as prefeituras para que seja consultado. O Sr. Piccolli disse ainda que quer ajudar os Municípios, mas que ele tem um limite, e que para isso vai colocar pessoas para ajudar os Municípios, a conseguir recursos junto ao Governo Estadual e Federal. O Vereador Netinho, diz da sua preocupação com a população e com as instalações de novas industrias, mas que desta reunião devem sair proposições satisfatórias, para que os Municípios não venham a sofrer mais tarde. O Sr. Piccolli, disse que todos poderão fazer visita à obra, para saber como esta; ler o PBA nas Prefeituras, ou no próprio site do IBAMA, será feito um serviço de atendimento no escritório de Paranaíta, para que sejam tiradas todas as duvidas das pessoas interessadas. Sr. Piccolli disse ainda que o enfoque do Estado é segurança publica; Infra Estrutura é com a SINFRA, e que esta pedindo ao Governo para que seja trocado o valor do ICMS com Infra Estrutura e dessa forma poderá ir arrumando as estradas em troca do ICMS, e que esses serviços terão que ser feitos de imediato, mas que para isso é necessário uma ampla negociação com os proprietários e com a SEMA devido a necessidade de licenças para isso, e que o empreendedor tem data pra começar e data pra terminar, e que se a licença sair um dia antes da data de inicio da geração de energia e a obra não começar, no




dia seguinte já estará pagando multa. A Prefeita comentou sobre a sua preocupação sobre a pressa da empresa na construção da obra, e que a empresa pagará 156 milhões para o Governo, mas que se ela não apresentar projetos para solucionar os problemas de Alta Floresta, o Governo não vai destinar parte dessa verba para os Municípios. Dr. Robson disse que está preocupado com a área da saúde do Município, que não tem estrutura para atender todas as pessoas que virão para cá e que esse é um assunto muito sério, e que no caso de alguma emergência como traumatismo craniano, esse paciente virá primeiramente para o Hospital Municipal, que sem condições de atendimento terá que encaminhar para Cuiabá por UTI Aérea. O Sr. Piccolli disse que a empresa tem convênios com a UNIMED e SULAMERICA, e que esse paciente poderá vir para um Hospital Particular. O Sr. Piccolli disse que tem como meta, monitorar, as pessoas com malária, como foi feito com uma pessoa que apareceu em Paranaíta com a doença. Dr. Robson disse que primeiramente essas pessoas procuram o Hospital Municipal, e que nos estudos que eles tem, teria que incluir o Estado de Mato Grosso dentro desse convenio, disse que a Prefeitura de Alta Floresta hoje cuida 70% do Hospital, contra 10% do Governo do Estado. A Prefeita Maria Izaura disse que essa é uma oportunidade para que a empresa ajude a cobrar o Estado para Estadualizar o Hospital Municipal. Dr. Celso pergunta o que impede que a empresa seja parceira na contratação de uma consultoria. O Sr. Piccolli disse que não vê problema para contratar uma empresa de consultoria, mas que isso deve constar do convênio. A Prefeita disse então que irá sentar com o Departamento Jurídico de Alta Floresta e Paranaíta, para incluir essa proposta de estudo preventivo das conseqüências no convenio a ser assinado. Srtª Mariana disse que tem que ver as necessidades e analisar os programas, já foi feito um estudo aos impactos. Srtª Mariana disse ainda que o IBAMA reconhece que o empreendedor tem responsabilidade, assim como os Municípios, Estados e Governo Federal, e que isso esta no P.36, onde consta uma estimativa de quantas pessoas virão para os Municípios, e que ela está percebendo que a Prefeitura não esta analisando este estudo com as estimativas apresentadas. Uma sugestão dela com a preocupação com o estudo dos impactos, é que é importante um estudo junto as Secretarias Municipais, pois quem melhor conhece as necessidades dos Municípios são os próprios Municípios. A Prefeita disse que é exatamente isso que estão querendo, uma empresa de consultoria para os Municípios, onde as Prefeituras dirão as necessidades do Município para a empresa indicar as ações a serem implementadas em cada área. O Sr. Piccolli, disse que estabeleceram uma meta que cinquenta por cento dos trabalhadores contratados seria dos Municípios, os outros cinquenta por cento são pessoas que não trazem famílias, pessoas que moram no Nordeste, Belo Horizonte, e que deixam suas famílias para trabalharem na empresa. José Marcos disse que os trabalhadores que estão tendo essas condições de segurança proporcionadas pela empresa é uma coisa, mas o que eles estão questionando são as outras pessoas que vem a procura do serviço, e que procuram o Hospital em uma emergência. Sr. Piccolli disse que dentro do Plano de Prevenção de Doenças, eles vão fazer convênios e parcerias com Alta Floresta, para monitoramento dessas pessoas bem como de pessoas que precisam de escolas. José Marcos disse que independente da LI o processo já

Ull



começou, e que ele está sentindo isso hoje no Hospital de pessoas que já estão chegando no Município. Jose Marcos disse que as coisas já estão acontecendo, e que a intenção não é inibir esse processo, pelo contrário, ele está preocupado também com a segurança dessas pessoas e que ninguém pode fechar os olhos para isso. Dr. Robson disse que não tem como fazer uma análise, e que precisa primeiramente entender esse processo. Sr. Piccolli disse que primeiramente é feito um EIA, e o RIMA que é um resumo do EIA, e em seguida é feito o PBA, e que entende a preocupação da Prefeita com esse estudo de impacto, disse ainda que para estadualizar o Hospital Municipal será necessário conversar com os Deputados, e que esta é a disposição para ajudar o Município nesta questão. A Prefeita disse que precisa do estudo da consultoria para cobrar o Estado e também a própria empresa, e que não quer que atrase a LI, espera que libere o mais rápido possível para iniciar a obra, mas que uma das condicionantes é para que seja paga uma consultoria, que poderá ser semelhante a empresa de consultoria JGP. A Sr^a Marcia disse que o recurso financeiro é destinado para a realização dos serviços colocados num convênio e que um cronograma deve ser feito; a sugestão é que coloquem esse estudo no convênio. O Sr. Antonio do IBAMA disse que espera que esse convênio não seja protelado por conta de novas informações. A prefeita disse que tem plena consciência que uma consultoria não vai entregar esse trabalho em menos de 30 dias, o que ela pede nesse convênio é que a empresa se comprometa com o pagamento dessa consultoria. Dr. Robson disse que esse convênio será analisado juntamente com o Ministério Público para ser assinado. Dr. Robson questionou a questão de Alta Floresta ser considerada uma área de influencia indireta e perguntou se poderá ser feita alguma mudança no decorrer deste processo e o Sr. Antonio disse que sim, que foi feito audiências públicas, e que todos os questionamentos poderão ser levados para o IBAMA e que o processo todo pode ser revisto, junto com uma justificativa; disse ainda que os operários serão concentrados em Paranaita e Jacareacanga e que as áreas alagadas serão apenas nesses dois Municípios, mas que obviamente os impactos não serão os mesmos em Paranaita/Alta Floresta, mas que reconhece que será de grande impacto a área da saúde no Município de Alta Floresta, por isso que foi determinado que incluisse o Município no convênio. Dr. Robson disse que a área de impacto direto na área da saúde é Alta Floresta. Sr. Piccolli disse que analisando as áreas de educação, Infra-Estrutura, o impacto direto será Paranaita. José Marcos disse que aquele que em aventurar é que é o problema, e não com as pessoas que vem pra trabalhar no empreendimento. O Sr. Piccolli disse que foi feito uma capacitação com as pessoas que irão trabalhar, e que depois que acabar a obra, essas pessoas irão para outras cidades. O Sr. Antonio quer deixar uma mensagem para os Municípios se preparem para esse Universo não só com a construção da Usina Teles Pires mas com a construção da usina São Manoel, e que esses impactos irão duplicar, e esse processo irá se estender por mais sete anos. O poder público tem que pensar que além dos impactos terá ganhos com toda certeza, e se preparem para o universo que não vai acabar com a Teles Pires. O Sr. Antonio sugeriu que os Municípios se unam para se planejar com projetos, deixando-os prontos para uma demanda futura. A Prefeita encerra dizendo que irão se reunir



a Prefeitura de Alta Floresta com a Prefeitura de Paranaíta para contratação de uma empresa de consultoria para um estudo detalhado das necessidades nas áreas sociais, sendo que esse custo estará assegurado pelo empreendedor no convênio a ser assinado entre o empreendedor e as Prefeituras, o mais breve possível. Nada mais tendo a constar, Eu, Márcia Sauvesuk, redigi a presente ata que após lida e achada conforme será assinada por mim e pelos demais presentes. Esta reunião encerrou às 18:37 hs.

Alfama Alfons Selma Juli Ruzen de Carvalho

Marcia Sauvesuk

Antonio Fernando de Almeida

Marcia Sauvesuk

Quortti
Mauricio de Paula

[Signature]

[Signature]